

### **III-318 - O PAPEL DAS CONTRATAÇÕES DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE RECICLÁVEIS NA VIABILIZAÇÃO DO ENCERRAMENTO DO LIXÃO DA ESTRUTURAL**

**Andrea Portugal Fellows Kuhnert Dourado<sup>(1)</sup>**

Arquiteta e Urbanista, mestranda em Gestão Econômica do Meio Ambiente na UnB. Fundadora da ONG - Associação Brasileira do Lixo Marinho, em 2014. Conselheira da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Meio Ambiente – DF. Trabalha desde 2015 na gestão de resíduos sólidos pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal.

**Francisco Antônio Mendes Jorge<sup>(2)</sup>**

Formação em Estudos Sociais pela UPIS-DF. Consultor/Instrutor pelo SEBRAE/DF para Gestão do Terceiro. Assessor Especial – SLU/DF, elaboração de projetos para a contratação de cooperativas e associações de catadores. Docente da FUNIVERSA – na área de Geografia/Geoprocessamento.

**Maria de Fátima Abreu<sup>(3)</sup>**

Engenheira civil e sanitarista, Especialista em Gestão Ambiental e Mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência, com experiência de mais de 30 anos em coordenação de equipes e projetos interdisciplinares e interinstitucionais, em planejamento e gestão pública, com ênfase em gestão de resíduos sólidos urbanos, como consultora do BID e de outras agências, com destaque para a consultoria no planejamento da Coleta Seletiva do Distrito Federal de 2015 a 2016.

**Endereço<sup>(1)</sup>:** SHIGS 707, BLOCO P, casa 16 – Asa Sul – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.351-716 – Brasil – Tel: + 55 (61) 984473920 – e-mail: andrea.portugal.fellows@gmail.com

#### **RESUMO**

Este trabalho analisa o processo de contratação de organizações de catadores de recicláveis como prestadores de serviços pelo SLU (Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal). Esse processo foi determinante para viabilizar o encerramento do Lixão da Estrutural, classificado pela ISWA como o segundo maior lixão do mundo em atividade em 2014. Apresenta-se a metodologia e os resultados do processo de construção coletiva de uma solução pacífica e justa para o encerramento das atividades ilegais do Lixão, que demandou uma estratégia de diálogo permanente entre o SLU e as cooperativas. Foram realizadas mais de 300 reuniões, incluindo três encontros do Governador. Foi viabilizada a construção de Instalações para Recuperação de Resíduos - IRRs, pois ter um local adequado para trabalhar era critério para a contratação do serviço de triagem. Enquanto as instalações definitivas não estavam prontas, o SLU alugou galpões próximo ao Lixão e adquiriu equipamentos como esteiras e empilhadeiras, para a atuação das 7 cooperativas que saíram do Lixão. Foram destacados servidores do SLU para apoiarem na gestão e na operação nos 5 galpões alugados. Só então foram assinados os contratos de triagem, sendo que das 8 cooperativas do Lixão, apenas uma não teve interesse no contrato. Foi instituída compensação financeira temporária para um universo de 1.200 catadores. A mudança da forma de trabalhar das cooperativas foi acompanhada de capacitações no início de cada contrato e na entrega dos equipamentos houve treinamento pelos fabricantes. O resultado de todo esse esforço foi o encerramento do Lixão após mais de 5 décadas de funcionamento, com a contratação para prestação de serviços de triagem das cooperativas e associações que ali atuavam, que passaram a exercer suas atividades com estrutura operacional e capacitação para gestão. Com essas ações o SLU passou a ter 18 contratos para triagem e 11 contratos para coleta seletiva, beneficiando diretamente 1.203 catadores, sendo que 603 são das cooperativas que atuavam no lixão. A coleta seletiva feita pelos catadores propicia índices de recuperação de recicláveis muito superiores (89%) àqueles realizados pela coleta por empresas (42%). Por se tratar de um processo complexo, que envolve pessoas com baixa escolaridade e dificuldade de atuar de forma cooperativa, há necessidade de suporte e assistência técnica mais duradoura, para a efetivação do processo de incubação desses empreendimentos sociais. Isso só tem sido viabilizado porque o encerramento do lixão foi considerado prioridade do governo, o que foi essencial para o sucesso da empreitada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Encerramento de Lixão, catadores de materiais recicláveis, prestação de serviços de triagem, inclusão sócio produtiva de catadores.

## INTRODUÇÃO/OBJETIVOS

O antigo Lixão da Estrutural, situado em Brasília, foi classificado em 2014, pela ISWA (Associação Internacional de Resíduos Sólidos), como o segundo maior lixão do mundo em atividade (Mavropoulos et al., 2014). Dados consolidados pelo Serviço de Limpeza Urbana – SLU indicam que foram acumuladas, no local, cerca de 40 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos ao longo de sua existência.

Embora Brasília tenha sido planejada, não havia previsão de local adequado para destinação do lixo gerado, o que levou a seu acúmulo desordenado em várias regiões. A partir da década de 70, os resíduos passaram a ser concentrados em um único local, o chamado Lixão da Estrutural situado a 10 km da sede da administração de Brasília e a 15 km da sede administrativa do Governo Federal, Palácio do Planalto.

Apesar do impacto causado pela disposição irregular do lixo, principalmente em relação à saúde pública, impactos ambientais, sociais entre outros, a capital federal conviveu com esse problema por mais de cinco décadas, sem nunca implantar um modelo racional e eficiente de gestão dos resíduos sólidos urbanos.

O antigo lixão era também fonte de renda, principalmente, para uma população de baixa renda e baixa escolaridade, na linha de pobreza extrema que vivia principalmente no seu entorno (Moura, Serrano, & Guarnieri, 2016) e o encerramento não poderia desconsiderar essa população que vivia da catação.

O mapa das desigualdades da cidade de Brasília, publicado em 2016, apresenta uma realidade de ampla distinção socioeconômica, onde são apresentados dados de rendas *per capita* médias por região que variam de menos de um, até mais que cinco salários mínimos (INESC, 2016). Essas distinções influenciam não apenas na geração de resíduos, mas também na forma de ocupação da área urbana, criando peculiaridades para a gestão desses resíduos. Não por acaso, a região da Estrutural, que cresceu fortemente em função da proximidade com o Lixão, apresenta os menores índices de desenvolvimento econômico e social.

Com o advento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305) em 2010, diversos desafios foram atribuídos ao poder público, com fins de promover uma gestão mais eficiente dos resíduos e garantir atendimento universal em termos de saneamento ambiental ao que tange à prestação dos serviços públicos de limpeza urbana. Para que se pudesse ter um panorama geral do que acontecia dentro da área do lixão, com 200 hectares de extensão, foi feito diagnóstico por servidores do SLU em 2015 que apresentou a situação de trabalho dos catadores de recicláveis em condições extremamente precárias, incluindo mortes por atropelamento, trabalho infantil, além de outras situações trágicas como tráfico de drogas e local de refúgio de marginais e foragidos da justiça (SLU, 2015) (Brandão, 2018).

Na condição da unidade da federação com a maior desigualdade de renda, segundo IBGE de 2010, o Lixão da Estrutural “acolhia” os catadores que estavam ali há décadas ou de muitas gerações até aquelas pessoas que estavam temporariamente desempregadas, de acordo com a sazonalidade econômica, ou que queriam somente completar a renda para comprar um botijão de gás.

Não havia até então um quantitativo confiável de catadores que atuavam no local, apenas projeções, pois, mesmo após todo o cercamento ter sido feito, e com manutenções diárias pela empresa gestora do local, a cerca, com aproximadamente 6 km, era rompida e várias pessoas entravam no lixão sem ser possível um controle de acesso. A Figura 1 apresenta a forma de trabalho dentro do lixão na área do “Maciço”, que recebia coleta de rejeitos e orgânicos de todo Distrito Federal.



**Figura 1 Lixão de Estrutural – 2017. Foto: Andrea Portugal**

Um esforço para obter o quantitativo mais real de catadores atuantes no Lixão da Estrutural foi feito por meio do programa Pró Catador, do Governo Federal, em 2016, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humano (SEDESTMIDH). Foi realizada pesquisa no lixão e análise do Cadastro Único quando se chegou ao número de 1.924 catadores cadastrados no Cad. Único, sendo 1.468 declarados como moradores da Estrutural e cercanias.

Nesse período havia o registro de 35 cooperativas e associações no DF, sendo que 8 delas atuavam no Lixão de Brasília. As 8 organizações no Lixão tinham pouco ou quase nenhum controle do número de cooperados ou associados e os números de catadores declarados pelas cooperativas e associações eram bastante duvidosos, com números que variavam de 35 cooperados em uma a 1.200 cooperados em outra.

Entendendo que as atividades para o encerramento das atividades irregulares do lixão eram maiores do que a competência do SLU, foi criado, por meio de decreto, grupo de trabalho com representantes de 17 instituições do governo de Brasília e ainda foi publicado o Decreto nº 36.528, instituindo estado de emergência no âmbito da limpeza pública, dando suporte legal e rapidez nas respostas aos problemas mais críticos.

A contratação das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis como prestadores de serviços tem sido um desafio aos gestores públicos de municípios e do Distrito Federal, embora já esteja prevista pela Lei nº 11.445/2007 que instituiu a Política Nacional de Saneamento Básico e da Política Nacional de Resíduos Sólidos, pela Lei nº 12305/2010 (BRASIL, 2010).

Além de ser um importante resultado nas dimensões institucional, social, econômica, financeira e de saúde pública, é também uma necessidade política, na viabilização do encerramento de um lixão daquele porte.

Mesmo tendo sido definida a prioridade política da contratação, ainda não era claro como realizá-la, pois as cooperativas e associações que ainda não trabalhavam dentro dos conceitos de cooperativismo ou associativismo, não estavam regulares, muitas não tinham a ata de eleição da diretoria vigente ou estavam com dívida ativa na Fazenda Federal e/ou do Distrito Federal, não possuíam conta corrente no banco governamental ou qualquer tipo de movimentação financeira formal, para poder receber os pagamentos além de não ter a matrícula e a quota-parte para formalizar a sua participação na organização de catadores.

Aliado a todas essas dificuldades, havia uma desconfiança dos catadores em relação ao governo, pois eles não acreditavam nem que o Lixão da Estrutural iria fechar, fato anunciado e tentado por vários outros governos anteriores, muito menos que as cooperativas seriam realmente contratadas. Assim, o diálogo estava muito prejudicado, mesmo quando uma liderança ou presidente de cooperativa participava de uma reunião, as informações não chegavam às bases ou, se chegavam, eram de forma desvirtuada e eram desconsideradas. Havia ainda uma liderança que se intitulava como representante dos catadores, que fazia oposição direta a toda e

qualquer ação de governo relacionada ao encerramento do lixão, incentivando e estimulando a desconfiança e o embate.

Outro fator que desafiou a equipe nas negociações com os representantes dos catadores foi a postura controversa da sociedade sobre a necessidade de eliminar aquela abominável forma de trabalho. Havia a preocupação com a garantia de geração de renda para os catadores e suas famílias, apesar do reconhecimento dos problemas ambientais e de saúde decorrentes da existência do lixão. Mas defendia-se a sua manutenção pelo receio de comprometer a sobrevivência das pessoas que ali trabalhavam. Nem mesmo as seguidas mortes de catadores por atropelamento e acidentes constantes conseguiam sensibilizar parte da sociedade e, especialmente algumas lideranças, para a urgência de se fechar o lixão.

Um desafio importante aconteceu dentro do próprio governo em relação à contratação de cooperativas para a prestação de serviço de coleta seletiva, pois havia dúvidas quanto às condições técnicas e operacionais de executar e principalmente à quanto capacidade de prestar contas do serviço realizado para receber o pagamento. Por fim, havia a questão de que, para a contratação das cooperativas que estavam atuando no Lixão para o serviço de triagem dos materiais, era necessário haver instalações minimamente adequadas.

Encarar esses desafios para a contratação dos catadores para prestação de serviços foi um importante instrumento de negociação pacificadora para o encerramento do lixão.

Outro grande desafio era o equilíbrio de renda dos catadores que atuavam no Lixão, com acesso a 2.700 t/dia de resíduos misturados para a triagem, tendo de mudar para receber somente os resíduos da coleta seletiva, que totalizavam cerca de 100 t/dia, correspondendo a cerca de 50% da população atendida no Distrito Federal por esse serviço. Dessa forma, a contratação se configurou de maior importância ainda, para evitar perda da renda auferida pelo trabalho dos catadores.

Foi constatado que o encerramento do Lixão da Estrutural só seria viável com a contratação das organizações de catadores conforme Políticas de Saneamento e de Resíduos Sólidos, visando a inclusão socioprodutiva desses trabalhadores. No decorrer das negociações, 7 das 8 organizações demonstraram interesse em serem contratadas, reunindo cerca de 1.300 catadores declarados como cooperados ou associados.

## **OBJETIVO**

Analisar o processo de contratação das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis como prestadores de serviços no Distrito Federal, avaliando o impacto desse processo como facilitador na viabilização do encerramento do Lixão da Estrutural pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal.

## **METODOLOGIA**

O artigo apresenta a forma como foi realizada a inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis, tendo como uma das ações a contratação para prestação de serviços ao Serviço de Limpeza Urbana.

Para realização das contratações para prestação de serviços ao SLU, foi necessária a participação de diversos órgãos do Distrito Federal, e outras instituições como o Movimento Nacional dos Catadores, Defensoria Pública, Universidades, Projeto Fenix, Fórum Distrital Lixo e Cidadania, entre outros.

Diálogos ocorriam na Sede do SLU, nas cooperativas, dentro da área de convivência do Lixão da Estrutural, sendo que três encontros foram realizados no palácio do Buriti, sede do Governo Distrital em Brasília, com a presença do Governador. Ao todo, foram mais de 300 reuniões entre o SLU e as cooperativas do Distrito Federal para discussão das propostas, repasse de informações, rodas de conversa, entre outras ao longo de 4 anos, de 2015 a 2018.

Algumas medidas duras tiveram que ser tomadas de imediato, e já a partir de 2015 foram impedidos os descartes de restos de alimentos oriundos de supermercados e hipermercados que historicamente eram descartados no lixão, em local com ausência total de controle do SLU denominado “Carrefa”. Esta foi uma intervenção muito significativa do governo, uma vez que foi constatado o consumo e comercialização desses produtos em feiras



livres das cidades e foi uma ação de impacto em um local “sem lei”, demonstrando determinação do governo de promover mudanças para o encerramento efetivo do lixão em um futuro próximo.

Ainda em 2015, para dar início às negociações, foram realizadas rodas de conversa com 11 grupos para levantar, na perspectiva das pessoas que eram diretamente impactadas pelo Lixão da Estrutural, quais eram seus problemas, suas percepções e possíveis soluções. A Figura 2 e 3 retratam o registro gráfico que eram feitos nas primeiras conversas com os catadores do lixão da Estrutural de modo a facilitar a comunicação e ficar como “memória de reunião”, o desenho era feito durante as reuniões e apresentado ao grupo.



**Figura 2** Foto de uma das reuniões realizadas em 2015, Grupo - Catadores mais antigos.  
**Foto: Andrea Portugal**



**Figura 3** Registro Gráfico da Reunião com catadores mais antigos do Lixão, 2015.  
**Foto: Andrea Portugal**

Uma das reuniões realizadas com o governador é mostrada na Figura 4 a seguir.



**Figura 4 O governador Rollemberg em reunião com representantes de cooperativas de catadores de materiais recicláveis (2016), no Palácio do Buriti. Foto: André Borges/Agência Brasília**

As reuniões do corpo técnico do SLU promovidas com representantes das cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, bem como com cooperativas de segunda classe (rede de cooperativas), foram essenciais para construção conjunta dos encaminhamentos relativos, não só aos contratos, mas também em relação a todas as demandas dos catadores. Havia participação de outras secretarias quando a reunião era organizada pelo Comitê Gestor Intersetorial para a Inclusão Social e Econômica de Catadores – CIISC. Também eram tratadas estratégias para regularização da cooperativa, acordos de convivência, entre outros temas.

Para balizar a elaboração dos contratos, foram levantados contratos em vigor no território nacional através de pesquisa em sites de municípios, reportagens na mídia e site do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e em contatos diretos com as prefeituras.

Além disso, houve pesquisa bibliográfica, com identificação de publicações que tratam da contratação das organizações de catadores de materiais recicláveis no Brasil, e seus impactos sociais, econômicos e ambientais (JODAS, 2010) (Guarnieri & Streit, 2015)(Gouveia, 2012) (Brandão, 2018). Foram também utilizados dados de relatórios de atividades elaborados pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, disponíveis do Portal da Autarquia.

Em 2016, foram então elaborados e assinados os primeiros contratos de prestação de serviço de coleta seletiva. Dada às dificuldades inerentes às organizações de catadores, foi feita a contratação, através de chamamento público, de 4 cooperativas/associações, sendo duas de cada rede representativa das cooperativas/associações de catadores do Distrito Federal. Dessa forma, seria possível ter acompanhamento mais próximo, treinamento para que possíveis problemas fossem rapidamente resolvidos, momento de aprendizagem em mão dupla das cooperativas e do governo. Os contratos iniciais funcionaram como forma de mostrar ser verdadeira a intenção do Distrito Federal em contratar as organizações de catadores de forma efetiva e com pagamento pelo serviço, além de servirem de base para as próximas contratações.

Após um ano de contrato de coleta seletiva, com os ajustes necessários, as cooperativas que já estavam trabalhando em locais minimamente adequados poderiam ser contratadas. Novo chamamento público foi realizado, agora para triagem, e foram iniciados mais 9 contratos.

Concomitantemente às contratações, estavam sendo elaborados projetos e editais para licitação para construção de Instalações para Recuperação de Resíduos - IRRs, pois ter um local adequado para trabalhar era critério para a contratação de prestação de serviço de triagem.

Enquanto as instalações definitivas não estavam prontas, o SLU buscou alugar galpões nas proximidades do Lixão da Estrutural para acomodar o contingente de catadores declarados pelas cooperativas, que conseguiram se regularizar, nas propostas apresentadas para prestação de serviço de triagem. A grande dificuldade era

conseguir galpões com documentação regular, com tamanho mínimo e que aceitasse receber “lixo” na visão dos seus proprietários. Muitos preferiram manter os galpões fechados.



**Figura 5 Galpão alugado em área próxima ao lixão com 3.000m<sup>2</sup>. Foto: Andrea Portugal**

Finalmente o SLU conseguiu locar 5 galpões nas proximidades do antigo Lixão da Estrutural. Todos os galpões tiveram Licença Ambiental Simplificada e Licença de Funcionamento providenciadas pelo SLU. A Figura 5 é de um galpão alugado e já equipado onde operavam 2 cooperativas.

Além da locação dos espaços, foram adquiridos equipamentos como esteiras, empilhadeiras, carro plataforma entre outros para a operação das cooperativas que eram do Lixão.

Para o funcionamento dos galpões foram destacados servidores do SLU para acompanhamento das atividades operacionais e gestores para conduzir e mediar as atividades dentro dos 5 galpões alugados que foram ocupados pelas 7 cooperativas do lixão, mais uma cooperativa que atuava em galpão na proximidade e que foi identificado como oportunidade de ser reformado para melhorar as condições de trabalho e abrigar um número maior de trabalhadores. Após a locação dos galpões foram assinados os contratos de triagem, sendo que das 8 cooperativas que haviam se organizado no Lixão para ser contratadas, apenas uma não teve interesse no contrato.

Em 2018 foi finalizada a construção de duas instalações de recuperação de resíduos – IRR, e 4 das 7 cooperativas que atuavam no lixão foram realocadas em áreas construídas especialmente para esse trabalho. A primeira IRR a ser inaugurada foi a do PSUL/ Ceilândia, mostrada na Figura 5 internamente, com o mezanino onde estão instaladas as esteiras de triagem.

Uma das cooperativas solicitou a mudança para a Usina da Asa Sul, também em área do SLU, para fazer a triagem negativa com coleta convencional. Assim, das 7 cooperativas que saíram do Lixão, somente 2 ainda aguardam local definitivo, que deverá ficar pronto até julho de 2019.





**Figura 6 IRR do PSul/ Ceilandia/DF, inaugurada em julho/2018. Foto: Andrea Portugal**

As chamadas públicas tinham critérios claros para contratação para triagem como local adequado para trabalhar, tempo de constituição da cooperativa como critério técnico de demonstração de capacidade técnica e estar há mais tempo no local, para que não houvesse chance de criação de alguma organização oportunista, não constituída por catadores, apenas para obter vantagem das ações de governo.

O chamamento público para a segunda contratação para coleta seletiva foi realizado em janeiro de 2018, de forma a aumentar o quantitativo de coleta seletiva entregue às cooperativas que saíram do Lixão.

Durante o período de transição, inicialmente de 6 meses, foi instituída, em forma de lei, a compensação financeira para os catadores que saíram do Lixão, para que pudessem se organizar e aprender a trabalhar de forma segura e cooperada, com pagamento mensal de R\$360,75, para um universo de 1.200 catadores, iniciado a partir da data de fechamento do Lixão.

A mudança da forma de trabalhar das cooperativas foi acompanhada de capacitações oferecidas pelo próprio SLU, no início de cada contrato, incluindo conhecimentos básicos de informática para que as organizações tivessem condições para prestação de contas dos contratos.

Na entrega dos equipamentos como esteira e empilhadeira, houve treinamento pelos fabricantes para todas as cooperativas que saíram do lixão e foram trabalhar nos galpões alugados conforme Figura 7.





**Figura 7 Treinamento para operação das empilhadeiras pelas cooperativas em 2018. Foto: Andrea Portugal**

Além dessas ações, várias outras parcerias foram firmadas: com Instituto Federal de Brasília para curso de Letramento e Informática e Curso Técnico de reciclagem de 24 meses; Termo de Cooperação Técnica com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) para realizar curso de Agente de recuperação e Resíduos com 160h. Foram inscritos 707 alunos, distribuídos em 20 turmas, com média de 35 alunos em cada turma, com conteúdos voltados para gestão, operação e manutenção de equipamentos, em seis módulos.

No início dos contratos de coleta seletiva e de triagem, as cooperativas receberam treinamento, sendo que para a realização da coleta seletiva, foi feito treinamento de catador para catador, em uma metodologia onde as cooperativas que já estavam executando o contrato ficaram responsáveis de fazer parte da capacitação, como a demonstração de como fazer a mobilização porta-a-porta nas Regiões Administrativas atendidas, apresentada na Figura 8.



**Figura 8 Foto do treinamento para coleta seletiva, 2018, de catador-para-catador. Foto: Autor desconhecido - transeunte**

Considerando a alta rotatividade de pessoas na catação, e ainda para complementar a renda, no segundo semestre de 2018, o Programa Agente de Cidadania Ambiental foi reeditado, com chamamento público para seleção de catadores para receberem a bolsa de R\$300,00 que tem como critérios estar incluído no Cadastro único, pertencer a uma cooperativa, entre outros. Foram beneficiados 700 catadores, alguns que estavam em vias de encerrar o recebimento da Compensação Financeira e outros que iniciaram os cursos nesse chamamento. Todos os repasses de recursos eram condicionados à participação em cursos oferecidos e reconhecidos pelo Governo do Distrito Federal.

## RESULTADOS

O resultado de todo esse esforço foi o encerramento do Lixão após mais de 5 décadas de funcionamento com a contratação para prestação de serviços de triagem das 7 cooperativas e associações que alia atuavam, das 8 existentes, que passaram a exercer suas atividades em galpões alugados e tendo acesso a cursos de capacitação para melhor gerir seu negócio.

Além dos 7 contratos com as organizações para triagem, 2 cooperativas, entre as 7, conseguiram também ser selecionadas para prestação de serviços de coleta seletiva. Outras cooperativas que atuavam em outras áreas no DF também foram contratadas. O resumo dos contratos para realização de coleta seletiva é apresentado na Tabela 1.

**Tabela 1 Resumo dos contratos para realização de coleta seletiva**

<b>Contratada</b>	<b>Valor por viagem ou valor por equipe</b>	<b>Valor mensal fixo</b>	<b>Valor pago até outubro de 2018</b>	<b>Valor global do contrato</b>
Acobraz	-	R\$ 31.931,96	R\$ 159.659,80	R\$ 383.183,52
Cooperdife	R\$ 653,30		R\$ 244.987,50	R\$ 391.980,00
Coopere	R\$ 689,27		R\$ 253.651,36	R\$ 413.742,00
CRV	R\$ 677,88		R\$ 239.969,52	R\$ 268.440,48
Ecolimpo	R\$ 677,37		R\$ 225.564,21	R\$ 333.266,04
R3	-	R\$ 31.931,96	-	R\$ 379.159,20
Recicla Brasília	R\$ 631,71		R\$ 200.883,78	R\$ 212.254,56
Recicla Mais Brasil	R\$ 629,91		R\$ 214.169,40	R\$ 302.356,80
Recicle a Vida	-	R\$ 33.338,62	-	R\$ 400.063,44
Renascer	-	R\$ 31.931,96	-	R\$ 383.183,52
Vencendo Obstáculos	R\$ 733,55		R\$ 96.828,64	R\$ 352.104,00

**Tabela 2 Cooperativas e Associações Contratadas para Coleta Seletiva**

<b>Cooperativa</b>	<b>Vigência do Contrato</b>	<b>Valor Mensal previsto</b>	<b>Valor Unitário por tonelada triada</b>	<b>Peso máximo por mês apresentado (T)</b>	<b>Peso máximo previsto em contrato (T)</b>	<b>Nº Catadores</b>
Acobraz	Junho de 2018 a Junho de 2019	R\$ 16.433,34	R\$248,10	62,00	90,00	33
Ambiente	Janeiro de 2018 a Janeiro de 2019	R\$107.550,8	R\$304,14	545,00	1000,00	275
Cataguar	Junho de 2018 a Junho de 2019	R\$52.880,74	R\$248,10	200,00	220,00	74
Construir	Janeiro de 2018 a Janeiro de 2019	R\$54.745,28	R\$304,14	180,00	200,00	75
Coopativa	Junho de 2018 a Junho de 2019	R\$18.248,40	R\$304,14	200,00	60,00	27
Cooperdife	Junho de 2018 a Junho de 2019	R\$54.582,00	R\$304,14	180,00	180,00	52
Coopere	Janeiro de 2018 a Janeiro de 2020	R\$27.372,6	R\$304,14	299,78	90,00	55
Cooperlimpo	Janeiro de 2018 a Janeiro de 2019	R\$62.025,00	R\$304,14	203,94	200,00	27
Coopernoos	Janeiro de 2018 a Janeiro de 2019	R\$60.828,00	R\$304,14	200,00	90,00	31
Coorace	Janeiro de 2018 a Janeiro de 2019	R\$120.439,44	R\$304,14	85,00	96,00	89
Cortrap	Janeiro de 2018 a Janeiro de 2019	R\$25.851,90	R\$304,14	90,00	85,00	28
Plasferro	Janeiro de 2018 a Janeiro de 2019	R\$60.828,00	R\$304,14	115,00	200,00	52
Recicla Mais Brasil	Junho de 2018 a Junho de 2019	R\$30.414,00	R\$304,14	200,00	100,00	28
Recicle a vida	Junho de 2018 a Junho de 2019	R\$91.174,50	R\$304,14	300,00	300,00	47
Renascer	Junho de 2018 a Junho de 2019	R\$21.289,80	R\$304,14	90,00	70,00	19
Renove	Junho de 2018 a Junho de 2019	R\$62.025,00	R\$248,10	122,59	250,00	119

Com essas ações o SLU, que não tinha nenhum contrato com cooperativas e associações em 2015, passou a ter 18 contratos para prestação de serviços de triagem e 11 contratos para coleta seletiva, totalizando 29 contratos com 23 cooperativas, beneficiando diretamente 1.203 catadores, sendo que, desse total, 603 catadores são das cooperativas que atuavam no lixão. (SLU, 2018)

## **ANÁLISE DOS RESULTADOS**

O encerramento do lixão ocorreu de forma pacífica, com todas as cooperativas e associações contratadas como prestadoras de serviços de triagem, com garantia de infraestrutura e equipamentos adequados, além de assistência técnica e profissional. Entretanto, a adesão aos espaços foi menor que o estimado. Quando as organizações enviaram as propostas para contratação havia indicação de cerca de 1.300 catadores. No momento da mudança, houve registro de 735 catadores nos galpões.

Como não havia controle do rateio nas cooperativas, até o momento de serem contratadas pelo Estado, não foi possível auferir se houve queda da renda dos catadores ou não. Entretanto, é possível que a renda tenha sofrido uma queda, pois no lixão havia acesso a uma quantidade muito maior de resíduos do Distrito Federal, tanto da coleta seletiva quanto da coleta convencional, enquanto nos galpões dependem essencialmente da coleta seletiva entregue pelo SLU, que responde apenas a uma parte do total da coleta, podendo complementar com coleta feita pela própria cooperativa em órgãos públicos conveniados ou por outras parcerias.

Um desafio foi que, mesmo tendo iniciado a licitação em outubro de 2016 para compra dos equipamentos para apoiar os trabalhos dos catadores nos galpões, o processo se mostrou mais moroso que o previsto. Dessa forma, o Lixão previsto para ser encerrado em outubro de 2017, teve sua data de encerramento postergada pela necessidade de manter o diálogo e as negociações permanentes com os catadores, em função dos imprevistos na implantação do planejamento elaborado.

Assim, o acordo assinado em 30 de outubro entre as cooperativas de catadores, representantes do Movimento Nacional de Catadores e o GDF, que teve cláusulas e compromissos de ambas as partes, foi um marco na construção coletiva de uma solução pacífica e justa para o encerramento das atividades ilegais no local. Nessa ocasião, foram alterados os valores pelo serviço de triagem, com base em uma nova composição de custos, aumentando a remuneração das cooperativas pela prestação dos serviços de triagem de recicláveis.

A coleta seletiva realizada pelas organizações contratadas foi outro ponto positivo, embora inicialmente muitas tenham ameaçado de desistir, não houve nenhuma desistência. Constatou-se que a coleta seletiva protagonizada pelas organizações de catadores de materiais recicláveis propicia resultados bastante favoráveis no tocante ao envolvimento, sensibilização e efetiva participação da população no programa. Como resultados, os índices de recuperação de materiais recicláveis a partir das coletas realizadas por cooperativas e associações de catadores apresentaram-se muito superiores (89%) àqueles associados à coleta por empresas terceirizadas (42%). (FUJIWARA et al, 2018).

Com o início do pagamento pelo resíduo recuperado, que não será aterrado no Aterro Sanitário de Brasília – ASB, ampliando assim a sua vida útil, o vidro, que estava sendo quase que 100% enviado para a disposição final, começa a timidamente retornar ao ciclo produtivo dado ao pagamento do contrato de triagem. Das 17 contratadas para a prestação dos serviços de triagem, 10 estão comercializando vidro, mesmo com valores simbólicos e evitando seu envio ao ASB.





**Figura 9 Material triado para comercialização, com vidro incluído, 2018. Foto: Andrea Portugal**

Outro ganho está sendo o pagamento do INSS dos cooperados e associados que não faziam a contribuição e nem tinham os direitos antes dos contratos, que obrigam a comprovar o recolhimento para pagamento da fatura.

Reportagem publicada no G1, em janeiro de 2018, apresenta a percepção de catadores no período da mudança do Lixão para os galpões provisórios, onde são colocadas de forma clara as angústias com a redução da renda, inicialmente, e os pontos positivos percebidos. A catadora Zilma da Silva diz que, apesar da diminuição da renda, também há pontos positivos. Como vantagem, a trabalhadora cita a formalização do trabalho. Com a mudança para o galpão, ela passou a ter o valor da aposentadoria recolhido pela cooperativa, além da “segurança de não trabalhar exposta” aos perigos do dia a dia no lixão.

O uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) vem ganhando escala através da cobrança dos executores de contrato e das capacitações, em especial do SENAI, que teve o módulo Saúde e Segurança no trabalho em agosto.

Após essas contratações, todas as demais cooperativas do Distrito Federal começaram a se organizar para terem a possibilidade de também serem contratadas. Foram 28 propostas para triagem e 21 para coleta seletiva, nos chamamentos públicos para as 29 contratações.

Como o controle de acesso ao Lixão era feito de forma voluntária, nem todas as pessoas que trabalhavam no local tinham o seu nome cadastrado, assim como todos os outros levantamentos e pesquisas não conseguiram ter o número exato de pessoas que trabalhavam no local de forma contínua. Mesmo assim é possível perceber que nem todos que trabalhavam no lixão foram trabalhar nos galpões alugados ou se filiaram a alguma organização de catadores de recicláveis e os motivos são diversos, desde a questão de não ser aceito em nenhuma cooperativa ou associação, até não ter interesse em trabalho coletivo.

## **CONCLUSÕES OU RECOMENDAÇÕES**

Todo o processo ocorreu de forma participativa entre Estado e organizações de catadores e foi entendido como ação essencial para viabilizar o encerramento com a inclusão sócio produtiva dos catadores que alia atuavam. O Governo ainda mantém equipe de atuação direta junto às organizações contratadas, bem como as que potencialmente poderão vir a ser contratadas, quanto a manutenção da documentação, prestação de contas, apoio logístico e de convivência. Por se tratar de um processo complexo, que envolve pessoas com baixa escolaridade, dificuldades de manter a disciplina exigida em trabalho cooperativo, constata-se a necessidade de suporte e assistência técnica mais duradoura, além das capacitações para a efetivação do processo de incubação desses empreendimentos sociais.

Sem a participação conjunta de diversos órgãos de governo que tiveram a coordenação do Escritório de Projetos Especiais, ligado diretamente ao governador, muitas ações não teriam acontecido. Ter sido considerado prioridade do governo foi essencial para o sucesso da empreitada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FUJIWARA, F. L.A., CAIADO, T. M., DOURADO, A. P. K. F. 2018 *Modelos de coleta seletiva: comparação entre o serviço prestado por organizações de catadores de materiais recicláveis e empresas terceirizadas* 48º Congresso Nacional de Saneamento ASSEMAE, Fortaleza, CE.
2. JODAS, N. (2010). *A contratação das organizações de catadores pelos municípios: um instrumento de emancipação social e maior sustentabilidade na gestão dos resíduos sólidos urbanos*.
3. MAVROPOULOS, A., MAVROPOULOS, A., KOUKOSIA, I., TSAKONA, M., MAVROPOULOU, N., RIGAS, N., & ANDREADAKIS, T. (2014). *Waste Atlas The World's 50 Biggest Dumpsites 2014 Report*. Retrieved from <http://www.atlas.d-waste.com/Documents/Waste-Atlas-report-2014-webEdition.pdf>
4. Moura, G. R. de, Serrano, A. L. M., & Guarnieri, P. (2016). Análise Socioeconômica Dos Catadores De Lixo No Distrito Federal. *Holos*, 3, 251. <https://doi.org/10.15628/holos.2016.1857>
5. BRASIL. (2010). Lei 12305/2010. Retrieved from [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/lei/l12305.htm)
6. BRANDÃO, I. D. M. R. (2018). GOVERNAR O DESPERDÍCIO: A INCLUSÃO DE CATADORES NO REGIME BRASILEIRO DE POLÍTICAS DE RESÍDUOS. Universidade de Brasília - UnB.